

APRESENTAÇÃO

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós¹
Prof. Ms. Marcos Vinicius Ribeiro²

O presente dossiê que integra a Revista Espaço Plural apresenta uma miscelânea das pesquisas produzidas sobre a temática “Ditaduras de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado”. Reunimos um amplo espectro de sujeitos pesquisadores e objetos de pesquisa relacionados ao tema. Ao todo, integram o Dossiê 13 artigos e 2 entrevistas.

Abrimos o Dossiê com o artigo “*Enterrados Vivos: a Prisão Política na Ditadura Uruguaia e o caso dos Reféns*”, de autoria de Enrique Serra Padrós, da UFRGS. No mesmo, apresenta-se um estudo de caso sobre a ditadura uruguaia, qual seja, a política de reféns modalidade particular da estratégia de prisão massiva, característica essencial do sistema repressivo e do Terrorismo de Estado naquele país, o qual objetivou estabelecer a maior eficiência possível no processo de fratura da resistência ao golpe de Estado e à ditadura consequente.

O segundo artigo intitula-se “Ditadura ‘civil-militar’? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”, de Demian Bezerra de Melo. O autor discorre sobre a produção historiográfica sobre o golpe de Estado e a ditadura civil-militar no Brasil e avalia, de forma rigorosa, as abordagens predominantes nos últimos tempos. Para Melo, é necessário caracterizar o conteúdo de classes que permeou a participação de civis no golpe e na ditadura para evitar um “perigoso reducionismo” que pulveriza tal participação na ideia de que toda a sociedade brasileira foi cúmplice e apoiou a ditadura.

Na sequência temos o artigo “História e Memória das ditaduras Ibéricas” de Carla Silva e Gilberto Calil, da UNIOESTE. A sua proposta problematiza a questão da memória construída em torno das ditaduras de Franco, na Espanha, e Salazar, em Portugal, a partir do pressuposto de que os embates de memória, considerados estes enquanto campo de disputas, respondem a possibilidades de abordagem da historiografia das referidas ditaduras no presente.

“O movimento estudantil paranaense e as experiências do exílio no Cone Sul”, é produto das reflexões conjuntas da doutoranda Ana Braggio e Alexandre Fiúza, da UNIOESTE. No artigo se estabelece como problema de análise a vigilância efetuada pela Delegacia de Polícia Política (DOPS) sobre o movimento estudantil paranaense no período

¹ Professor do Departamento de História e dos PPG em História e em Relações Internacionais/UFRGS. Email: lola@orion.ufrgs.br

² Professor do curso de História da UNIOESTE – *campus* de Mal. Cândido Rondon. Email: marquinhohosvr22@gmail.com

imediatamente anterior e propriamente ditatorial. Os autores apresentam, também, o exílio destes militantes em países do cone-sul, especialmente no Chile. Baseado em documentos produzidos e repercutidos pelos centros de informações da ditadura, os autores demonstram o caráter seletivo e gradual da estrutura repressiva estatal.

O artigo de autoria dos professores Alessandra Gasparotto (UFPEL), Renato Della Vecchia (UCPEL) e da Mestranda Marília da Silveira denominado “A Criação da Comissão Nacional da Verdade e a Luta por Verdade, Memória e Justiça no Brasil”, analisa a luta e a trajetória dos familiares de desaparecidos políticos no Brasil e sua atuação particular no contexto de criação da Comissão Nacional da Verdade por parte do Governo Federal.

“A Ditadura de Segurança Nacional no Brasil e os seus Silêncios”, da pesquisadora Silvânia Rubert, aborda o silêncio como fruto do plano da “cultura do medo” e da lógica irradiada através dos mecanismos constitutivos da Doutrina de Segurança Nacional e da interdição, ainda existente, de determinados documentos da repressão. Nessa perspectiva, segundo a autora, “(...) a Doutrina de Segurança Nacional e o Terrorismo de Estado permanecem vivos, produzindo ‘verdades’ cuja base é o esquecimento, e qualquer proposta diferente é tratada como revanchismo”.

Alexandre Blankl Batista, professor da UNIOESTE, em “O Golpe de 1964 e a Ditadura Civil-Militar brasileira no discurso de Paulo Francis”, examina a perspectiva do jornalista Paulo Francis – polêmico jornalista que se deslocou do “tortskismo” ao liberalismo -, sobre o golpe de 1964 e a ditadura que dele resultou. O autor explora a hipótese de que é possível perceber certo diálogo entre o discurso do jornalista citado e o trabalho jornalístico que se reivindica historiográfico, como no caso específico dos livros de autoria de Élio Gáspari sobre o período da ditadura. Para o autor, ambos intelectuais podem ser avaliados a partir das premissas gramscianas, já que com as suas posições colaboram na organização da ação de determinadas classes em torno de um discurso.

O oitavo artigo, “A perseguição ao militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) João Carlos Bona Garcia no Brasil e no Chile: o terror sem fronteiras”, de Cristiane Dias, aborda a trajetória de luta e exílio de Bona Garcia. Trata-se de uma análise elaborada a partir das memórias do militante e de documentos gerados pelo próprio DOPS. Na seqüência, o artigo “As Resistências Armadas no Rio Grande do Sul e as dinâmicas da clandestinidade (1964-1972)”, de Diorge Konrad e Mateus Lima, analisa a escalada da violência estatal contra as manifestações de rua, o que contribuiu para a adesão, de parte da esquerda, à luta armada e à atuação em situação de clandestinidade.

O artigo de Edina Rautenberg, “A Construtora Mendes Júnior na Revista *Veja*: imprensa, empreiteiras e ditadura civil-militar brasileira”, analisa a atuação da revista *Veja* em

favor dos grupos econômicos, neste caso empreiteiras, que estiveram a favor da ditadura. Trata-se de um estudo de caso balizado pelo uso do conceito gramsciano de Aparelhos de Hegemonia para debater a imprensa enquanto objeto de pesquisa, o que implica no deslinde das manifestações de classe no bojo da defesa de um projeto. O apoio da revista às obras infra-estruturais do país, revela a lógica de apoio de Veja ao projeto da ditadura.

“Fronteiras Territoriais *versus* Fronteiras Ideológicas: a geopolítica do anticomunismo no marco das discussões sobre Terrorismo de Estado no Cone Sul”, artigo de Marla Barbosa Assumpção, aborda a influência da Doutrina de Segurança Nacional bem como sua reelaboração, no caso brasileiro, como forma de garantir a estruturação da noção de “fronteira ideológica”, o que permitiu a ação da repressão em cenários extrafronteiriços. Neste sentido, a autora estuda a interferência da política brasileira atingindo a soberania uruguaia imiscuindo-se, inclusive, em assuntos internos do país vizinho.

O artigo de Silvia Sônia Simões, “O golpe de Estado e a primeira fase da ditadura civil-militar no Chile”, foca o primeiro período da ditadura chilena, entre setembro e dezembro de 1973 quando, eliminado todo vestígio do Governo da Unidade Popular, com a utilização de diversos e violentos mecanismos coercitivos, procura-se instalar os pilares necessários para garantir a implementação futura da profunda reestruturação econômica de perfil neoliberal.

Para fechar, oferecemos ao leitor duas qualificadas entrevistas sobre contextos distintos mas contemporâneos. Em primeiro lugar, contamos com a valiosa contribuição de Aluizio Ferreira Palmar; sua entrevista se constitui em riquíssima fonte histórica sobre a ditadura civil-militar brasileira. Aluizio, um intelectual orgânico do movimento pela memória e justiça da ditadura, atualmente presidente do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu-PR, foi militante da luta armada na região oeste do Paraná como membro da Dissidência Comunista do PCB, MR8, e, posteriormente, incorporou-se à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Finalmente, apresentamos a entrevista realizada com a reconhecida historiadora Verónica Valdivia Ortiz de Zárate, professora e pesquisadora da Escuela de Historia de la Universidad Diego Portales, de Santiago do Chile. Através das respostas que vai costurando, a professora Valdivia constrói um pungente painel sobre uma multiplicidade de aspectos que emolduram a história recente do seu país, especialmente quanto à vinculação dos cenários relacionados com a Ditadura Pinochet e a pesada herança deixada sobre aquela sociedade. Suas reflexões nos apresentam a vitalidade das lutas emergentes no resgate da história e da cidadania de certos coletivos sociais. Em síntese, desenha-se um quadro abrangente do complexo emaranhado de desafios que marcam a sociedade chilena contemporânea. Aliás,

algo muito oportuno, considerando-se o aniversário dos 40 anos do golpe contra a experiência do Governo de Salvador Allende e da Unidade Popular.

Desejamos a todos uma boa leitura!